



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

ATA DE Nº. 002/2025 - CONSELHO FISCAL DO IPASMA

Ata de número 002/2025 (dois) da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - ES - IPASMA. No dia 19/03/2025 (dezenove de março de dois mil e vinte e cinco), às 09:30 (nove e trinta) horas, na sede do IPASMA, situado à Rua Dr. Chacon, nº. 108, Centro, nesta Cidade de Alegre - ES (CEP 29.500-000; telefone: (28) 3552-1386; e-mail: previalegre@yahoo.com.br e CNPJ 05.269.863/0001-82), reuniu-se o Conselho Fiscal do IPASMA, por convocação do Senhor Presidente do Conselho Conselheiro Almir Ribeiro, através de Ofício nº. 004/2025/CF/IPASMA (Circular), a pedido Diretora Presidente do IPASMA, Senhora Jacqueline Oliveira da Silva com finalidade de **“análise da prestação contas anual do exercício de 2024 (dois mil e vinte e quatro)”**. Estavam Presentes à reunião: Presidente Almir Ribeiro; Vice - Presidente Alexandre de Souza Mello, Secretário Rafael Pires de Azevedo, Membro Jean Fabrinio da Silva e a Diretora Presidente do IPASMA, Senhora Jacqueline Oliveira da Silva. Iniciando a pauta Presidente Almir Ribeiro deu as boas-vindas a todos os presentes e disse muito feliz a apresentação do relatório para análise e parecer da prestação de anual do exercício de 2024 (dois mil e vinte e quatro), isto mostrando a seriedade e o compromisso por parte da Direção e funcionários do Instituto. A Diretora Presidente do IPASMA Senhora Jacqueline apresentou todas as documentações para serem analisadas pelo referido conselho, referente a prestação de contas anual do exercício de 2024 (dois mil e vinte e quatro) como segue: **1 - Análise Orçamentária:** O Orçamento para o exercício de 2024 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais). Verificando o balanço anual apuramos que foi arrecadada no exercício a quantia de R\$ 28.841.510,85 (vinte e oito milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quinhentos e dez reais e oitenta e cinco centavos) em receitas orçamentárias e R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em receitas de transferências recebidas para pagamento de abono da Câmara Municipal de Vereadores; e receita de descontos Extra - Orçamentários R\$ 3.579.441,77 (três milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos), enquanto que a despesa empenhada foi de R\$ 21.143.760,13 (vinte e um milhões, cento e quarenta e três mil, setecentos e sessenta reais e treze centavos) e a despesa realizada foi de R\$ 21.143.760,13 (vinte e um milhões, cento e quarenta e três mil, setecentos e sessenta reais e treze centavos), não ficando resto a pagar processados. Após a explanação acima podemos verificar que, a receita superou orçamentariamente a importância de R\$ 9.241.510,85 (nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e dez reais e oitenta e cinco centavos), demonstrando assim um superávit de arrecadação, comparando a receita com a despesa. Verificamos que, do total que foi arrecadado, 9,46 % (nove vírgula quarenta e seis por cento) são receitas provenientes das contribuições dos servidores ativo civil; 14,99% (quatorze vírgula noventa e nove por cento) contribuição patronal sobre o servidor ativo civil; 42,03% (quarenta e dois vírgula três por cento) refere-se a contribuição para cobertura do déficit atuarial apurado em cálculo atuarial; 15,49% (quinze vírgula quarenta e nove por cento) é relativa a remuneração dos investimentos bancários; 10,82% (dez vírgula oitenta e dois

Página 1



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

por cento), são receitas obtidas dos parcelamentos de débitos patronais e suplementares; 5,49% (cinco vírgula quarenta e nove por cento), refere-se a receita de multas e juros, a pequena porcentagem restante trata-se de contribuição do servidor inativo 0,03 % (zero vírgula três por cento); 1,69% (um vírgula sessenta e nove por cento), referente ao recebimento da compensação previdenciária. Na despesa efetivamente paga, 61,93% (sessenta e um vírgula noventa e três por cento), foi gasto com pagamento de Aposentadorias Inativos com paridade e 8,23% (oito vírgula vinte e três por cento) com Aposentadoria de Inativos sem paridade; 5,22% (cinco vírgula vinte e dois por cento) referem-se à quitação de pensões sem paridade e 8,51% (oito vírgula cinquenta e um por cento) com pensões com paridade. Considerando que a despesa administrativa deve ser apurada mediante cálculo da Remuneração Bruta de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do exercício de 2023, tal gasto atingiu a porcentagem de 2,21% (dois vírgula vinte e um por cento) no ano de 2024. **2 -**

Análise Financeira: Constatou-se que, inexistem restos a pagar processado orçamentariamente e R\$ 158.998,89 (cento e cinquenta e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos) de restos a pagar extra orçamentário: Consignação Caixa Econômica Federal, Banestes e Banco do Brasil a ser quitado em janeiro 2025. Fazendo uma análise financeira das contas do IPASMA, o resultado de 2024 é o que segue: Saldo das contas em 01/01/2024..... R\$ 41.656.258,00.

Total das receitas orçamentárias de 2024..... R\$ 28.841.510,85,
Total das receitas transferências recebidas de 2024..... R\$ 6.000,00,
Total das receitas extraorçamentárias de 2024..... R\$ 3.579.441,77,
Total das despesas orçamentárias pagas em 2024..... R\$ 21.143.760,13;
Total das despesas extraorçamentárias pagas em 2024..... R\$ 4.603.924,40;
SALDO DAS CONTAS EM 31/12/2024..... R\$ 48.335.526,09

(quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e nove centavos). Esse resultado confere com a soma das conciliações bancárias e com os extratos bancários, sendo também o que consta no Balanço Anual do IPASMA, demonstrado conforme a seguir: Saldo Contas Correntes Previdenciárias..... R\$ 0,00,

Saldo Conta Corrente Taxa Administrativa..... R\$ 0,00,
Saldo Aplicações em Renda Fixa Art.7º I, B..... R\$ 28.678.311,39,
Saldo Aplicações em Renda Fixa Art.7º III, A..... R\$ 15.965.305,18,
Saldo Aplicações Investimento Estruturado..... R\$ 1.907.331,16,
Saldo Aplicações Renda Variável Art. 8º, I A e B..... R\$ 1.447.594,66,
Saldo Aplicações Investimento Exterior..... R\$ 336.983,70,

TOTAL..... R\$ 48.335.526,09

(quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e nove centavos). Verificamos que todos os recursos recebidos dos órgãos municipais pertencentes ao RPPS estão sendo aplicados pelo IPASMA, em fundo de renda fixa, conforme determina a legislação específica e Política de Investimentos. Observamos, então, que o saldo financeiro teve um acréscimo de aproximadamente 13,82% (treze vírgula oitenta e dois por cento) em relação ao exercício 2023. Detectamos que todas as parcelas vencidas no exercício de

Página 2

2024 dos parcelamentos dos débitos previdenciários, foram recolhidos acrescidos de atualização e juros. Cabe ainda esclarecer que, o Comitê de Investimento, em consulta de aplicações financeiras, sempre mantém a exigência de aplicação com o mínimo de risco possível, opinando sempre por aquelas atreladas a títulos do Governo Federal, objetivando que o Instituto não venha a perder seu ativo ou parte dele. **3 - Análise Patrimonial:** Em 2024, não foram adquiridos bens imóveis, permanecendo o já existente no valor de R\$ 167.375,00 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e cinco reais). No caso dos bens móveis, devido às chuvas de 22 de março de 2024, que assolou nosso município, tivemos grandes perdas nos bens móveis, havendo a necessidade novas aquisições. Logo adquirimos R\$ 103.163,00 (cento e três mil, cento e sessenta e três reais) de bens móveis, demos baixa em perdas R\$ 48.404,21 (quarenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e um centavos), perfazendo um total geral de R\$ 118.826,79 (cento e dezoito mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos) em bens móveis, demonstrado no INVMOV. No almoxarifado do Instituto, não ficou nada em estoque, pois foi adotada a política de comprar somente o necessário para consumo imediato. Verificamos que permanece no Balanço Patrimonial (Anexo XIV) os seguintes recebíveis: **Insuficiência Financeira Apurada em 2022**

..... **R\$ 7.142.403,14**,
apuração com fundamento no *caput* do art 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007; **Insuficiência Financeira Apurada em 2023..... R\$ 1.064.936,35**,
apuração com fundamento no *caput* do art 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007, **Insuficiência Financeira Apurada em 2024..... R\$ 8.889.999,10**,
apuração com fundamento no *caput* do art 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007, **Processo Justiça em Andamento.....R\$ 2.880.326,28**.

De acordo com informações da Diretora Presidente, esse montante foi registrado no Balanço Anual do exercício de 2002, após orientação dada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES), o qual, em auditoria das contas do IPASMA, apurou o montante devido na época pela municipalidade, referente às contribuições previdenciárias. A Diretoria Presidente informou também que o IPASMA não tem documentação comprobatória desse montante, e que ele está arrolado num processo judicial, e enquanto não tiver uma decisão, permanecerá registrado no Balanço, tal como consta até então. **Contribuições dos Servidores Ativo SAAE (referência Dezembro 2024)..... R\$ 6.258,29**,
Contribuições Patronal Servidor Ativo SAAE (referência Dezembro 2024)..... R\$ 9.834,47,

Página 3



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

Contribuições Suplementar Serv. Ativo SAAE (referência Dezembro 2024)

..... **R\$ 27.719,79,**

Contribuições Suplementares Serv. Ativo SAUDE (referência Dez. 2024)

..... **R\$ 9.779,47.**

Total apurado de receitas a receber o valor de R\$ 20.031.257,39 (vinte milhões, trinta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos). 4 -

Análise Previdenciária: De acordo com as exigências da Secretaria de Previdência, foram verificados os seguintes aspectos: - equilíbrio financeiro e atuarial; - prestações de contas bimestrais e anuais; - CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária; - Gastos com despesas administrativas em percentual arredondado de 2,21% (dois virgula vinte e um por cento) R\$ 923.054,38 (novecentos e vinte e três mil, cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos, portanto, inferior a 2,3% (dois virgula três por cento) do valor total de remuneração de ativos, inativos e pensionistas, sendo R\$ 963.623,66 (novecentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos) vinculados ao RPPS, no exercício de 2023, conforme disposto no art. 1º, da Lei Complementar nº 001 de 22 de dezembro de 2021. Pelas informações disponibilizadas no Sistema CADPREV da Secretaria da Previdência, verificamos que, nos aspectos citados anteriormente, o IPASMA encontra-se regular em 31/12/2024 - estando o Instituto de posse do CRP - Certificado Regularidade Previdenciária. Observamos também que, quanto às contribuições previdenciárias dos servidores, todos os órgãos municipais e autarquia municipal, optantes pelo Regime Próprio de Previdência, estiveram em dia com os repasses das contribuições previdenciárias, até a competência de dezembro/2024. Também foi observado que, quanto aos parcelamentos celebrados entre IPASMA e município de Alegre, a Prefeitura Municipal de Alegre vem cumprindo os termos de parcelamentos da dívida de contribuições patronais e alíquota suplementar, efetuando os pagamentos mensalmente e atualizados, os quais estão registrados e controlados pelo IPASMA, constando no Balanço Anual. Por fim, quanto aos benefícios prestados pelo IPASMA, constatamos que em dezembro de 2024 o Instituto tinha em sua folha de pagamento o total de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) aposentados e 135 (cento e trinta e cinco) pensionistas, enquanto que em dezembro de 2023, pudemos destacar 430 (quatrocentos e trinta) aposentados e 125 (cento e vinte e cinco) pensionistas. **PARECER CONCLUSIVO:** Após as análises das informações apresentadas, **segue aprovado por estes membros do Conselho Fiscal a Prestação de Contas Anual do exercício de 2024 (dois mil e vinte e quatro)**. Em atendimento ao inciso XV do artigo 13 da Lei Complementar nº 004/2022, o Conselho Fiscal analisou o Balanço Anual de 2024 e o inventário a ele referente, de acordo com sua capacidade e com as informações contidas nas peças contábeis. O cálculo atuarial foi elaborado com data-base - Dezembro/2023 - Cálculo Atuarial de 2043, porém, o executivo municipal não encaminhou a Câmara Legislativa Municipal, o projeto de lei para aprovação. Sendo assim, permanece vigente a Lei Municipal nº 3.812/2023, para o equacionamento do déficit atuarial. Ressaltamos que, o DRAA - Demonstrativo do Resultado Atuarial, foi postado e registrado no endereço eletrônico do

Página 4



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

CADPREV, Secretaria da Previdência - Ministério da Economia. Finalmente, em se tratando de tomada de contas de que fala o referido artigo, vimos relatar que, durante o exercício de 2024, fizemos mensalmente a verificação das Movimentações Financeiras, os Balancetes Mensais das Receitas Orçamentárias e Extras - Orçamentárias, os Balancetes Mensais das Despesas Orçamentárias e Extras - Orçamentárias bem como da situação financeira através das conciliações das Contas Bancárias e extratos bancários do Banco do Brasil S/A, Banco do Estado do Espírito Santo S/A, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco S/A, tudo isto registrado em ATAs ao longo de todo o ano. Nestas análises, as dúvidas que surgiam sobre as demonstrações dos valores nos balancetes e outros, foram esclarecidas nas próprias reuniões com a Diretoria e o setor contábil do IPASMA. Desta forma, quanto às informações apresentadas não encontramos pendências nenhuma nas informações prestadas. Nada mais havendo a se tratar demos por encerrada a presente reunião e para constar, eu Rafael Pires de Azevedo - Secretário desde Conselho Fiscal, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes na referida reunião, Alegre - ES, 19 de março de 2025.

Almir Ribeiro

Presidente do Conselho Fiscal

Alexandre de Souza Mello

Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Rafael Pires de Azevedo

Secretário do Conselho Fiscal

Jean Fabrinio da Silva

Membro do Conselho Fiscal